

AS RELAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PAULISTA NOS PRIMEIROS ANOS DO IHGSP (1894)

Daniel Celso Araujo da Costa¹

RESUMO:

Com esta comunicação pretendo abordar sobre tópicos relacionados à pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, com financiamento da CAPES, cujo objetivo geral é refletir sobre as relações entre cultura e sociedade debruçando-se sobre a memória, a história e o patrimônio cultural. Partindo do entendimento do patrimônio como uma forma de escrita sobre o passado (GUIMARÃES, 2012), a presente apresentação de pesquisa pretende trabalhar na articulação entre patrimônio e narrativa histórica, onde estão presentes tanto as disputas em torno de uma memória coletiva ligado a um determinado grupo social e que produz sentido subsidiando a formação de uma identidade regional paulista, como também os usos políticos e sociais do passado que denotam as diferentes relações entre os saberes e os poderes. Situando-se nas relações entre memória, história e patrimônio, este trabalho pretende contribuir para a discussão acerca de um certo tipo de história de São Paulo, que ganha corpo e se institui ao longo da Primeira República brasileira, bem como possíveis concepções de preservação e conservação intrínsecas à construção de uma identidade paulista no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em seus primeiros anos de atuação, sendo uma instituição central de onde emana um discurso histórico altamente positivista e que buscava formar a ideia de São Paulo como protagonista nos quadros da história nacional. O passado ressignificado através da história e reificado em patrimônio se tornou o componente essencial na construção da narrativa paulista calcada em uma memória histórica de vitoriosos com aspirações nacionais. No geral, sobre São Paulo, a historiografia se debruçou sobre o desenvolvimento e transformação da cidade evidenciando a articulação entre três fatores principais: o café, as ferrovias e a imigração, envolvidos em temas gerais de história política e econômica. Sendo assim, carecemos de estudos sobre o período que tratem de temas atuais e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP, sob orientação da Profª Dra. Yvone Dias Avelino. Bacharel e licenciado em História pela PUC-SP com Especialização em História, Sociedade e Cultura na mesma Universidade.

relevantes que tragam questões sobre a memória, o imaginário coletivo e/ou as representações. Penso que a perspectiva patrimonial fornece elementos conceituais e categorias de análise pertinentes ao estudo proposto.

PALAVRAS CHAVE: Memória; Patrimônio; Identidade Nacional; História de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Situando-se nas discussões mais recentes que permeiam as temáticas desenvolvidas pela História Cultural no Brasil, o presente projeto de pesquisa pretende trabalhar com as relações entre cultura e sociedade debruçando-se sobre a memória, a história e o patrimônio cultural. Partindo do pressuposto de que a temática da memória e suas relações com o patrimônio vem ocupando espaço de destaque na historiografia brasileira nas últimas décadas, mas que só recentemente vem atraindo historiadores para esse campo de atuação, sabemos também que essa produção historiográfica incipiente influenciou as pesquisas históricas no Brasil e resultou de debates, sobretudo, a partir da década de 1970, no campo da História e das demais Ciências Sociais sobre novos problemas, novos sujeitos e objetos que exigiram e continuam a fomentar novas formas de abordagem histórica. (BURKE, 2011; LE GOFF, 1988) Nos anos 80, a historiografia desenvolve a noção de que as relações entre memória e história se constituem enquanto relação de crescente oposição mais do que de complementaridade: a história adquire o estatuto de produtora de memória, sendo esta uma importante ferramenta para se conhecer o passado.

Precursor das discussões sobre a memória no âmbito das Ciências Sociais, Maurice Halbwachs, em 1950, nos forneceu uma contribuição sociológica trabalhando e alicerçando o conceito de “memória coletiva” em diálogo com a psicologia social e a antropologia, sendo esta memória intimamente ligada aos comportamentos dos indivíduos, às mentalidades, mas o autor ressalta que ela é também coletiva porque se sustenta no interior de um grupo. Entretanto, lembrar não é reviver o passado, e sim refazer, repensar, reconstruir um determinado passado no presente. Essa reconstrução a partir dos dados fornecidos pelo presente em que se desenrola a própria vida social e que são projetados ao passado que passa a ser reinventado, Halbwachs chama de “memória histórica”. Para ele, a “memória coletiva”, que reconstitui o passado mas não o reconstrói, se distingue da história, pois em sua narrativa não há linhas de separação, tal

como há na história a divisão dos séculos em períodos, mas sim, como em uma peça teatral, há o desenrolar dos atos que prosseguem na trama com o mesmo elenco de personagens até o enredo final. Em história há rupturas, muito se renova, os acontecimentos, os sujeitos, as tradições e as perspectivas. Por isso, a “memória coletiva” se prende a um grupo determinado que é limitado pela sua existência espaço-temporal. (HALBWACHS, 1990, p. 14-15) Enquanto a história constrói representações sobre fatos distantes, a memória se atém ao que foi vivido, fundamentando a identidade de uma comunidade quando busca acontecimentos fundadores, mas simplificando o passado sem grandes diferenciações temporais. Nesse sentido, o esquecimento é um aspecto importante pois é intencional, e não se compreende a memória de um grupo se não se levar em consideração a voluntariedade da vontade de esquecer determinados fatos. Os limites entre a história e a memória são debatidos na historiografia sobretudo quando se refere aos aspectos de mudança e ruptura verificado nas sociedades.

Parte da presente pesquisa que se pretende apresentar com esta comunicação situa-se na discussão sobre as questões que envolvem o patrimônio e a preservação de um certo tipo de memória histórica identificada com *os vencedores*, no sentido empregado por Carlos A. Vesentini (1997), guardadas as devidas proporções. Ou melhor, “como a memória pode ser constantemente apropriada e reelaborada pelo poder, em momentos históricos diversos”. (VESENTINI, 1997, p. 17) A história de heróis, grandes batalhas e grupos sociais hegemônicos, reflete claramente a exclusão de uma parte importante da sociedade formada por negros, índios e pobres em geral. Entretanto, com as mudanças que vem transformando as concepções e os conceitos sobre patrimônio e o que deve ou não ser patrimonializado, bem como novos questionamentos que perpassam as problemáticas sobre a memória e os bens culturais, o patrimônio tem sido observado como uma complexa questão profícua em suas múltiplas faces. Com isso, pretendo construir uma reflexão através da pesquisa recuando no tempo para entender como se dá o desenvolvimento histórico da noção de patrimônio que permeou as ações de preservação histórica no Brasil por muito tempo. Este foi o *modus operandi* básico das instituições do patrimônio e da memória ao longo do século XIX, o que foi determinado pelo sentimento de ruptura com as tradições do passado inerente às modificações estruturais pelas quais passou a sociedade ocidental com o advento da modernidade. No caso brasileiro, a produção de “narrativas nacionais” sobre o patrimônio cultural se deu por meio de intelectuais

ligados a projetos de construção da nacionalidade, onde memória e identidade são definidos com propósitos políticos.

Em fins do século XIX, a partir das disputas entre os próprios países europeus, a onda nacionalista chega ao Brasil estimulando a elaboração de novas identidades e adquirir novos contornos com o advento da República no Brasil, em 1889. Segundo Maria de Lourdes Mônico Janotti, acerca das disputas e opiniões sobre a implantação da República, “cristalizou-se uma memória preponderante dos acontecimentos no qual o novo regime foi acolhido em clima de paz e consenso nacionais”. (JANOTTI, 2007, p. 124) Ainda segundo a historiadora, do ponto de vista das interpretações historiográficas e dos próprios testemunhos da história, a tendência predominante foi consolidar uma memória nacional ancorada no discurso que partia dos grupos republicanos ligados à economia cafeeira paulista, onde desapareciam os inúmeros conflitos que surgiam diante de propostas de organização da Nação que eram divergentes ou antagônicas, submetendo os rumos da sociedade a uma versão hegemônica. Nesse sentido é que surge a proposta e o interesse de analisar a construção da memória e do patrimônio histórico, no caso de São Paulo, através do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), entendendo que esta instituição teve atuação marcada enquanto guardiã das tradições e da história oficial. Nesse sentido, a compreensão sobre as múltiplas reflexões sobre o campo do patrimônio deve considerar a ligação existente com um certo tipo de escrita da história. A noção de patrimônio se desenvolveu permeada pela prática da disciplina histórica do século XIX. Isso fica evidente quando se observa que as narrativas que atribuem valor de patrimônio a determinados “bens culturais” carregam em si um ideal maior de representação social projetando as ações de determinados grupos do passado naquele presente. Aqui a conotação de patrimônio se confunde em sua origem com a concepção de monumento histórico.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como fonte privilegiada o periódico de comunicação da instituição. A partir da leitura dos artigos publicados nos primeiros dez anos da Revista do IHGSP, objetivamente tento compreender a construção de uma memória histórica elaborada discursivamente e também como essa mesma memória é sempre retrabalhada em meio aos cânones da historiografia da época. A partir dessas análises preliminares, podemos dizer que

havia um nítido esforço, por parte dos sócios do IHGSP, em preservar bens culturais, materiais ou imateriais, definir espaços e temporalidades com o intuito de monumentalizar e perpetuar determinados fatos e agentes. Isso se dava pela compreensão que tinham os intelectuais ligados ao poder e às classes dominantes, sobre o papel da história na legitimação da identidade paulista e sua projeção nacional. Algumas datas foram privilegiadas em meio aos acontecimentos relacionados à São Paulo: o IV centenário da Descoberta do Brasil (1900), o centenário da Independência do Brasil (1922) e durante a década de 30, quando São Paulo perdia espaço no controle da República, comemoravam-se os quatrocentos anos da cidade de Cananéia (1931) e da Capitania de São Vicente (1532), assim como o III Centenário de Ubatuba (1937) com o intuito de demonstrar o protagonismo paulista durante a colonização brasileira. (FERREIRA, 2002, p. 111-112)

Ao percorrer e folhear as páginas da Revista do IHGSP, podemos ver que há nas “entrelinhas” algumas concepções de preservação, conservação e construção do patrimônio histórico. Tais concepções estão intimamente ligadas a um paradigma de história e memória. A finalidade principal do instituto tornou-se a procura, recolhimento, salvaguarda e classificação de documentos (históricos e geográficos), e a partir deles, escrever a história de São Paulo como sendo a História do Brasil. Na medida em que se privilegiava os mitos de origem, as genealogias da nação e os eventos memoráveis, fazia-se a própria seleção do que deveria ou não ser preservado. Pretendo demonstrar tais delineamentos trazendo como recorte algumas fontes que estão sendo trabalhadas, como alguns trechos de artigos que adquirem relevância no decorrer da pesquisa e que fomentam uma discussão acerca da temática proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ana Cláudia Fonseca Brefe, que desenvolveu importante estudo sobre o Museu Paulista enquanto “lugar de memória”, entre outros estudos com os quais dialogo ao longo de minha pesquisa, adverte que

“com o advento da República e o enraizado comprometimento do IHGB com o governo imperial e com a pessoa do imperador, ficaria cada vez mais complicado para esse instituto cumprir sua ‘antiga missão’, que era manter uma unidade nacional por meio do traçado de uma história

nacional homogênea, pois, naquele momento, as diversidades regionais se puseram em evidência”. (BREFE, 2005, p. 63-64)

Uma interpretação inicial sugere que naquele contexto de disputa pelo protagonismo nacional dentro de um projeto de construção da identidade brasileira, insere-se o projeto do IHGSP de buscar no passado as figuras e os acontecimentos que viabilizassem a projeção de São Paulo no cenário nacional. O IHGSP torna-se então guardião da tradição paulista. Respaldados pelo sentimento nacionalista, setores daquela sociedade começam a se preocupar em preservar bens artísticos e arquitetônicos representativos da cultura.

Antonio Celso Ferreira, ao se referir às atividades dos sócios do IHGSP, nos diz que

“em suas reuniões, realizadas duas vezes ao mês, os sócios ainda discutiram temas relativos ao patrimônio histórico, cuidando de emitir pareceres sobre as origens de inúmeras dioceses e núcleos urbanos e de propor à prefeitura da capital paulista, que fossem homenageadas várias personalidades, com a designação de nomes de ruas, praças, prédios, ou com a construção de estátuas. Muitos dos que receberam essas honrarias foram os próprios sócios do Instituto.” (FERREIRA, 2002, p. 113)

O que nos faz pensar sobre até que ponto a implantação das políticas do patrimônio com o advento do SPHAN, em 1937, trouxe mudanças reais nos paradigmas sobre preservação histórica e cultural desenvolvidos desde o século XIX? Essa é uma discussão bem ampla e possível do ponto de vista da busca por uma historicidade da noção de patrimônio no Brasil.

Teodoro Sampaio, um dos 139 sócios fundadores do Instituto, nos dá uma referência de qual seria o papel do patrimônio para exaltar a singularidade da história paulista quando fez uma avaliação das condições estruturais do Pátio do Colégio, no centro de São Paulo, revelando uma concepção possível de preservação entre os sócios do IHGSP. O desabamento de sua fachada, em 1896, causou perplexidade e revelou as péssimas condições de conservação daquela que foi a primeira edificação da cidade, a antiga igreja do Colégio de São Paulo de Piratininga, que foi reformado para ser a sede do governo provincial. A chamada Igreja do Pátio do Colégio fora construída em taipa e guardava objetos do século XVII e XVIII. Diante da inevitabilidade da destruição do edifício histórico, Teodoro Sampaio propunha uma descrição detalhada do prédio e suas características como uma forma de garantir às gerações futuras e,

principalmente, aos que se identificavam com a grandeza da história paulista, o conhecimento sobre as origens da “civilização bandeirante”:

“Se para muitos o velho templo se não impunha pelo ideal de crença; se esta construção não nos captivava pelo apuro da esthetica; para todos, porem, ella se erguia como uma relíquia veneranda, como o sanctuário das nossas mais caras tradições; ella recordava o berço d’aquellas gerações de aventureiros que nos deram o Brasil, o maior dos territórios americanos; ella recordava-nos ainda na sua modestíssima apparencia o muito que temos caminhado, perseguindo o nosso ideal civilizador através de tres seculos de vicissitudes.” (SAMPAIO, 1898, p. 5)

A concepção de memória e patrimônio difundida pela Revista do IHGSP é definida como instrumento de divulgação das glórias dos grandes heróis pelos feitos do passado. A elite em São Paulo voltou-se para a construção de sua própria imagem de grandeza e nobreza, uma memória na qual os conflitos existentes entre os diversos grupos formadores da sociedade são amenizados e diluídos para que se edifique uma memória da camada dominante orgulhosa de sua opulência. Podemos levantar questionamentos a partir da problematização das fontes com o objetivo de identificar e entender os significados possíveis de memória para os sócios do instituto, como por exemplo, neste trecho selecionado onde ela aparece como

“idéia e ação. O homem vive e cresce pelo que pensa e faz. Luta pela idéia que impulsiona a ação. Impõe-se pelo pensamento, agindo. Realça-se. Exalta-se e glorifica-se pela idéia e ação. Idéia é ideal, e este, motor da ação. Por isso, o homem afirma-se na grandeza dos seus ideais e dimensiona-se na totalidade das realizações. O homem que pensa e age torna digno seu povo e enriquece o patrimônio de sua Pátria e da própria Humanidade porque se faz exemplo e se torna lição.” (GOMES, 1970, p. 229)

Em artigo recente, Antonio Celso Ferreira e Marcelo Lapuente Mahl discutem como ao longo do período da Primeira República, aqueles intelectuais ligados ao IHGSP produziram artigos, dentro das concepções cientificistas de sua época, que colocaram em destaque aspectos da preservação do patrimônio regional paulista e desenvolveram no âmbito do instituto determinado modelo de ação e atuação como sendo um padrão que se queria nacional. Neste sentido, segundo os autores, o patrimônio enquanto passado que é ressignificado, se tornou um

componente importante dentro do processo de construção da identidade regional paulista, sendo as páginas da revista do IHGSP o veículo privilegiado de divulgação da visão que se desenvolvia sobre a “civilização paulista”. Nas palavras dos autores,

nota-se, então, claramente, o caráter específico que esta noção de patrimônio comportava: o bem preservado deveria representar um ideal mais alto de sociedade e de civilização, para que os homens e as ações do passado inspirassem o presente, em um processo de continuidade que direcionaria e inspiraria a sociedade no futuro. (FERREIRA; MAHL, 2011, p.11)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Associação Nacional de História, ANPUH-BR, pela organização e realização deste 30º Simpósio Nacional de História em Recife – PE, com o tema “História e o futuro da Educação no Brasil”, propiciando aos pesquisadores de todo o país o espaço necessário de interlocução com as diversas áreas que compõe as Ciências Humanas contribuindo de maneira especial para o diálogo e o crescimento da pesquisa em Histórica no Brasil. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP e aos amigos, mestres e doutores pela convivência e contribuição direta e indireta no desenvolvimento atual desta pesquisa. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudos concedida para que este estudo se torne realidade.

BIBLIOGRAFIA:

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **O Museu Paulista:** Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo, Editora UNESP; Museu Paulista, 2005.

BURKE, Peter. **A Escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopéia Bandeirante:** letrados, instituições, invenção história (1870-1940). São Paulo, Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e Patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). *IN: Revista Patrimônio e Memória - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP – CEDAP*, v. 7, n. 1, p. 3-18, jun. 2011.

GOMES, Alfredo. Orações oficiais. 25 de janeiro de 1968. *IN: Revista do IHGSP*. São Paulo, V. 67, 1970.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 34, p. 91-112, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Edições Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República *IN: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2007.

LE GOFF, Jacques (dir.). **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

SAMPAIO, Teodoro. Memória sobre a Igreja do Collegio dos Jesuitas de São Paulo. **Revista do IHGSP**. São Paulo, V. 2, 1898.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.